

Sumário

Nota do coordenador, xiii

- 1 Evolução histórica do processo do trabalho, 1**
 - 1.1 Introdução, 1
 - 1.2 Brasil, 1
- 2 Conceito e princípios, 3**
 - 2.1 Conceito, 3
 - 2.2 Princípios, 3
- 3 Formas de solução dos conflitos trabalhistas, 5**
 - 3.1 Autodefesa, 5
 - 3.2 Autocomposição, 5
 - 3.3 Heterocomposição, 5
 - 3.3.1 Mediação, 6
 - 3.3.1.1 Comissões de Conciliação Prévia, 6
 - 3.3.2 Arbitragem, 7
 - 3.3.3 Jurisdição, 8
- 4 Organização da Justiça do Trabalho, 9**
 - 4.1 Introdução, 9
 - 4.2 Tribunal Superior do Trabalho, 9
 - 4.3 Tribunais Regionais do Trabalho, 10
 - 4.4 Varas do Trabalho, 12
 - 4.5 Secretaria, 13
 - 4.6 Oficiais de justiça, 13

5 Competência da Justiça do Trabalho, 15

- 5.1 Introdução, 15
- 5.2 Competência em razão da matéria, 15
 - 5.2.1 Contratos de empreitada, 15
 - 5.2.2 Competência normativa, 16
 - 5.2.3 Outras ações, 16
- 5.3 Competência em razão das pessoas, 17
 - 5.3.1 Funcionários públicos, 17
 - 5.3.2 Entes de direito público externo, 18
- 5.4 Competência em razão do lugar, 18
 - 5.4.1 Local da prestação de serviços, 19
 - 5.4.2 Empregados viajantes, 19
 - 5.4.3 Empregados brasileiros que trabalham no exterior, 19
 - 5.4.4 Empresas que promovem atividades fora do lugar do contrato, 19
- 5.5 Competência em dissídios coletivos, 19
- 5.6 Prorrogação da competência em razão do lugar, 19
- 5.7 Foro de eleição, 20
- 5.8 Juiz de direito, 20
- 5.9 Ministério Público do Trabalho, 20
- 5.10 Conflitos de competência, 21

6 Atos, termos e prazos processuais, 23

7 Nulidades, 25

8 Partes, representação, procuradores e terceiros, 27

- 8.1 Denominação, 27
- 8.2 Representação, 27
- 8.3 *Ius postulandi*, 28
- 8.4 Assistência judiciária, 30
- 8.5 Substituição processual, 30
- 8.6 Intervenção de terceiros, 31
 - 8.6.1 Assistência, 31
 - 8.6.2 Oposição, 31
 - 8.6.3 Nomeação à autoria, 31
 - 8.6.4 Denúnciação da lide, 32
 - 8.6.5 Chamamento ao processo, 32

9 Ação trabalhista, 33

- 9.1 Petição inicial, 33
- 9.2 Indeferimento da petição inicial, 34
- 9.3 Inépcia da inicial, 34
- 9.4 Modificações à postulação inicial, 34

- 10 Distribuição, 35**
- 11 Audiência, 37**
- 12 Resposta do réu, 41**
 - 12.1 Introdução, 41
 - 12.2 Exceções, 41
 - 12.2.1 Impedimento, 42
 - 12.2.2 Suspeição, 42
 - 12.2.2.1 Procedimentos comuns à exceção de impedimento e suspeição, 43
 - 12.2.3 Incompetência, 43
 - 12.3 Contestação, 43
 - 12.3.1 Preliminares, 43
 - 12.3.2 Preliminares de mérito, 44
 - 12.3.2.1 Prescrição, 44
 - 12.3.2.2 Decadência, 44
 - 12.3.2.3 Compensação, 44
 - 12.3.2.4 Retenção, 45
 - 12.3.3 Defesa de mérito, 45
 - 12.4 Reconvenção, 45
- 13 Das provas, 47**
 - 13.1 Introdução, 47
 - 13.2 Ônus da prova, 47
 - 13.3 Meios de prova, 48
 - 13.3.1 Introdução, 48
 - 13.3.2 Depoimento pessoal, 48
 - 13.3.3 Documentos, 49
 - 13.3.4 Testemunhas, 51
 - 13.3.5 Perícia, 52
 - 13.3.6 Inspeção judicial, 53
 - 13.3.7 Usos e costumes, 53
- 14 Procedimento sumaríssimo, 55**
- 15 Sentença, 57**
 - 15.1 Votação, 57
 - 15.2 Definições, 57
 - 15.3 Classificação das sentenças, 57
 - 15.4 Efeitos, 58
 - 15.5 Estrutura da sentença, 58
 - 15.6 Custas, 59
 - 15.7 Honorários advocatícios, 59

- 15.8 Publicação da sentença, 60
- 15.9 Erros, 60
- 15.10 Duplo grau de jurisdição, 60

16 Recursos, 63

- 16.1 Introdução, 63
- 16.2 Regras gerais, 64
- 16.3 Pressupostos, 64
- 16.4 Recurso ordinário, 66
- 16.5 Recurso de revista, 68
- 16.6 Embargos, 70
- 16.7 Agravo de petição, 71
- 16.8 Agravo de instrumento, 72
- 16.9 Agravo regimental, 73
- 16.10 Recurso extraordinário, 73
- 16.11 Recurso adesivo, 74
- 16.12 Correição parcial, 74
- 16.13 Embargos de declaração, 75

17 Procedimentos especiais, 77

- 17.1 Inquérito para apuração de falta grave, 77
- 17.2 Ação rescisória, 78
- 17.3 Mandado de segurança, 84
- 17.4 Ação de consignação em pagamento, 85
 - 17.4.1 Consignação extrajudicial, 85
 - 17.4.2 Consignação em pagamento, 86
- 17.5 Prestação de contas, 86
- 17.6 Habilitação incidente, 87
- 17.7 Restauração de autos, 88
- 17.8 *Habeas corpus*, 88
- 17.9 Tutela antecipada, 89
- 17.10 Tutela específica de obrigação de fazer ou não fazer, 95
- 17.11 Ação monitória, 101
- 17.12 Ação civil pública, 102
- 17.13 Ação anulatória de cláusulas convencionais, 103
- 17.14 *Habeas data*, 103

18 Medidas cautelares, 105

- 18.1 Introdução, 105
- 18.2 Contestação, 106
- 18.3 Cessação da medida, 107
- 18.4 Sentença, 107
- 18.5 Prejuízos, 107
- 18.6 Transferência de empregados, 107

- 18.7 Medidas cautelares específicas, 108
 - 18.7.1 Arresto, 108
 - 18.7.2 Sequestro, 109
 - 18.7.3 Produção antecipada de provas, 110
 - 18.7.4 Exibição, 111
 - 18.7.5 Justificação, 114
 - 18.7.6 Protestos, notificações e interpelações, 115
 - 18.7.7 Atentado, 115
 - 18.7.8 Caução, 116
 - 18.7.9 Outros procedimentos, 117
- 18.8 Medidas cautelares nos tribunais, 118

19 Dissídios coletivos, 119

- 19.1 Conceito, 119
- 19.2 Distinção, 119
- 19.3 Classificação, 119
- 19.4 Competência, 120
- 19.5 Limites do poder normativo, 120
- 19.6 Natureza jurídica da sentença normativa, 121
- 19.7 Condição da ação, 121
- 19.8 Quórum da assembleia sindical, 121
- 19.9 Prazo para instauração, 121
- 19.10 Instauração de ofício, 121
- 19.11 Legitimidade ativa, 122
- 19.12 Partes, 122
- 19.13 Requisitos, 122
- 19.14 Procedimentos, 123
- 19.15 Contestação, 124
- 19.16 Instrução, 124
- 19.17 Sentença, 124
- 19.18 Início da vigência, 125
- 19.19 Prazo de vigência, 126
- 19.20 Extensão da sentença normativa, 126
- 19.21 Revisão, 127
- 19.22 Dissídio coletivo de funcionário público, 127
- 19.23 Ação de cumprimento, 128

20 Liquidação de sentença, 129

- 20.1 Introdução, 129
- 20.2 Arbitramento, 130
- 20.3 Artigos, 130
- 20.4 Cálculos, 130
- 20.5 Sentença de liquidação, 131

21 Execução, 133

- 21.1 Introdução, 133
- 21.2 Lei de execução fiscal, 134
- 21.3 Atos atentatórios à dignidade da justiça, 134
- 21.4 Formas de execução, 135
- 21.5 Execução provisória, 135
- 21.6 Legitimidade ativa, 136
- 21.7 Legitimidade passiva, 136
- 21.8 Objeto, 137
- 21.9 Execução contra devedor insolvente, 137
- 21.10 Execução para entrega de coisa, 137
- 21.11 Execução de obrigação de fazer e não fazer, 138
- 21.12 Execução por prestações sucessivas, 138
- 21.13 Execução por quantia certa contra devedor solvente, 138
- 21.14 Nomeação de bens à penhora, 139
- 21.15 Penhora, 139
- 21.16 Bens penhoráveis e impenhoráveis, 140
- 21.17 Penhora de estabelecimento, 141
- 21.18 Segunda penhora, 141
- 21.19 Execução contra a Fazenda Pública, 141
- 21.20 Execução de contribuição previdenciária, 144
- 21.21 Embargos à execução, 145
- 21.22 Impugnação à sentença, 147
- 21.23 Embargos de terceiro, 147
- 21.24 Praça e leilão, 148
- 21.25 Arrematação, 148
- 21.26 Adjudicação, 149
- 21.27 Remição, 149
- 21.28 Embargos à arrematação e à adjudicação, 149
- 21.29 Suspensão e extinção da execução, 149

Bibliografia, 153

Índice remissivo, 155